

ACM ataca calote de estatais paulistas

Dida Sampaio/AE



Serra ouve ACM: "São Paulo não paga e o governo não faz nada"

*Durante debate com ministros,
senador baiano reclama de tratamento
recebido por empresas de São Paulo
que não pagam o que devem à Eletrobrás*

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, revelou ontem que os débitos das empresas estaduais de energia elétrica com o grupo Eletrobrás atingiu R\$ 2,6 bilhões ao final de julho. "Do total dos débitos, 80% se referem a São Paulo", disse Brito. Ou seja, as concessionárias paulistas deixaram de pagar R\$ 2 bilhões à Eletrobrás.

A informação provocou forte reação entre os senadores e deputados, que ouviam Brito e o ministro do Planejamento, José Serra, falarem sobre a privatização das empresas de energia elétrica e o novo modelo institucional do setor. O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que a aceitação do calote das concessionárias paulistas mostra que o governo não tem soluções globais para o País. Ele exigiu mecanismos de compensação para os Estados do Norte e do Nordeste.

"São Paulo não quer pagar, não paga, e o governo, que é de São Paulo, não faz nada", disse o senador baiano. "Se fosse um Estado pobre, do Nordeste, o governo federal já teria feito ameaças, como o corte nos repasses dos Fundos de Participação dos Estados."

Serra procurou defender o governo. Lembrou que o calote vem da administração passada e que não são apenas as empresas paulistas que deixaram de pagar a Eletrobrás. Nem por isso, disse, o governo cortou o fornecimento de energia elétrica. Serra afirmou também aos parlamentares que o governo vê o País como um todo e não sob aspectos regionais.

Neste momento, ACM interrompeu o ministro e perguntou: "Quero saber apenas se São Paulo pagou algum mês deste ano?" Serra pediu, então, que Brito desse a resposta. "Apenas no início do ano, São Paulo pagou parcialmente", disse Brito. "Depois parou de pagar." O senador baiano riu. "Os go-

vernadores do Nordeste têm de se unir para exigir mecanismos de compensação aos Estados pobres no orçamento da União, porque a cada dia aumentam as diferenças regionais", disse ACM.

O senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), ex-governador de Santa Catarina, também manifestou preocupação com o calote das concessionárias de energia elétrica. "Na minha época, quando eu atrasava um dia vinham em cima de mim", afirmou. "Quem está amolecendo o Wellisch?", afirmou, numa referência ao secretário de Controle das Empresas Estatais, Luiz Fernando Wellisch. O senador Esperidião Amin (PPR-SC) chamou o calote das concessionárias estaduais de "câncer da inadimplência" e disse que ele é um dos fatores que contribuem para a exaustão do setor elétrico.

O calote funciona assim: algumas empresas estaduais recebem a energia das empresas geradoras do grupo Eletrobrás, cobram

dos consumidores e não pagam os fornecedores. Brito disse que o governo paulista, desde 1993, vem deixando de pagar o fornecimento de energia elétrica. "Fiquei surpreso porque, logo depois da aprovação da lei que consolidou as dívidas do setor elétrico, São Paulo continuou não pagando a Eletrobrás", revelou o ministro. A consolidação das dívidas custou, segundo Brito, US\$ 25 bilhões aos cofres públicos.

O ministro informou que o governo está negociando com os Estados inadimplentes uma forma de pagar essas dívidas. No caso de São Paulo, o acordo prevê que a dívida até dezembro de 1994 será paga

com debêntures e ações das concessionárias paulistas e com a venda de ativos. A dívida a partir de 1º de janeiro será objeto de parcelamento. Serra disse que o governo paulista está tomando empréstimo no Exterior para saldar os débitos com o sistema Eletrobrás.

DÉBITO
DE SP
É DE
R\$ 2 BILHÕES